

Dr. J. Du
J. Du
J. Du



ASSEMBLEIA GERAL

23 de março de 2026

A Direção

Cuvarf

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature, the name 'A. Z. Gonçalves', and another signature below it.

Chamada dos sócios

ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto 1: Apresentação do Relatório e Contas relativo a 2025

- Apresentação do Relatório e Contas de 2025 (aprovação)
- Parecer do Conselho Fiscal (aprovação)

Ponto 2: Centro de Integração Multifuncional (CIM), do Pico Salomão

Ponto 3: Outros Projetos

Ponto 3.1: Projetos "Juntos à Descoberta";

PONTO 1 - Apresentação de Contas 2025

Handwritten signatures and initials:
 J.P. [Signature]
 A. [Signature]
 [Signature]

BALANÇO

BALANÇO	2024	2025	
ATIVO	4 290 278,91 €	4 194 756,69 €	
Ativo não Corrente	3 693 179,96 €	3 669 248,18 €	
Ativos Fixos Tangíveis	3 691 354,67 €	3 667 422,89 €	
Investimentos Financeiros	1 825,29 €	1 825,29 €	
Out. Créditos e Ativos não Correntes	-	-	
Ativo Corrente	597 098,95 €	525 508,51 €	
Inventários	7 847,87 €	11 411,55 €	45,4%
Clientes	33 514,53 €	23 974,25 €	-28,5%
Estado e Outros Entes Públicos	- €	73,00 €	
Outros Ativos Correntes	504 634,16 €	450 501,35 €	-10,7%
Diferimentos	914,25 €	502,88 €	
Caixa e Depósitos Bancários	50 188,14 €	39 045,48 €	-22,2%
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO	4 290 278,91 €	4 194 756,69 €	
Fundos Patrimoniais	3 969 306,80 €	3 839 975,17 €	
Resultados Transitados	802 698,03 €	792 697,44 €	-1,2%
Outras Variações Fundos Patrimoniais	3 163 772,91 €	3 134 195,91 €	
Resultado Líquido do Período	2 835,86 €	86 918,18 €	
Passivo não Corrente	- €	- €	
Financiamentos Obtidos	- €	- €	
Passivo Corrente	320 972,11 €	354 781,52 €	
Fornecedores	41 300,60 €	111 277,37 €	169,4%
Estado e Outros Entes Públicos	46 003,60 €	16 644,96 €	-63,8%
Financiamentos Obtidos	- €	15 000,00 €	
Diferimentos	17 801,65 €	8 998,06 €	-49,5%
Outras Passivos Correntes	215 866,26 €	202 861,13 €	

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		2024	2025	
RENDIMENTOS E GANHOS		809 510,87 €	772 588,74 €	
72 1 + 72	Vendas + Prestação de Serviços	350 452,99 €	398 013,40 €	13,6%
72 .1	Quotas	9 859,90 €	9 117,72 €	
	Vendas	340 593,09 €	388 895,68 €	
72 .51	Prestação de Serviços - Cozinha	265 962,24 €	316 955,03 €	
72 .52	Prestação de Serviços - Nonagon	74 630,85 €	71 940,65 €	
75	Subsídios à Exploração	391 517,83 €	340 536,41 €	-13,0%
75 .1.01	ISSA - Instituto Segurança Social Açores	296 098,81 €	315 973,28 €	
75 .1.04	D.R.Q.Profissional	12 500,40 €	8 799,16 €	
75 .1.05	Contrato Programa Desporto	- €	- €	
75 .1.07	Vice-Presidência do GRA - Solidariedade S	76 001,23 €	- €	
75 .1.08	Outros	- €	456,98 €	
75 .3	Donativos	6 917,39 €	15 306,99 €	
78	Outros Rendimentos e Ganhos	67 540,05 €	34 038,93 €	-49,6%
78 .1	Rendimentos Suplementares (IRS)	7 169,24 €	2 405,19 €	
78 .8.1	Correções da Anos Anteriores	1 258,90 €	1 464,92 €	
78 .8.3	Imputação Subsídio Investimento	55 194,54 €	29 577,00 €	
78 .8.8	Outros	3 917,37 €	591,82 €	
79	Juros e Outros Ganhos Financeiros	- €	- €	
GASTOS E PERDAS		806 675,01 €	859 506,92 €	
61	Custo Mercadorias Vendidas	153 271,67 €	172 846,89 €	12,8%
62	Fornecimentos e Serviços Externos	113 919,07 €	121 186,81 €	6,4%
62 .1	Subcontratos	812,00 €	- €	
62 .2.1	Trabalhos Especializados	7 152,09 €	7 430,62 €	
62 .2.2	Publicidade e Propaganda	- €	575,32 €	
62 .2.3	Vigilância e Segurança	617,76 €	644,78 €	
62 .2.4	Honorários	18 691,86 €	20 373,01 €	
62 .2.6	Conservação e Reparação	3 975,90 €	3 698,20 €	
62 .2.7	Serviços Bancários	435,21 €	593,34 €	
62 .2.8	Outros Serviços Especializados	221,67 €	281,12 €	
62 .3	Materials	6 119,56 €	8 833,52 €	
62 .4	Energia e Fluidos	27 028,86 €	24 072,13 €	
62 .5	Deslocações e Estadas (passes)	2 857,67 €	2 237,01 €	
62 .6.1	Rendas e Alugueres	33 762,23 €	38 312,80 €	
62 .6.2	Comunicação	1 884,56 €	1 850,90 €	
62 .6.3	Seguros	2 450,48 €	1 761,72 €	
62 .6.5	Contencioso e Notariado	- €	28,20 €	
62 .6.7	Limpeza, Higiene e Conforto	6 515,51 €	9 938,98 €	
62 .6.8	Outros Serviços	1 393,71 €	555,16 €	
63	Gastos com Pessoal	494 691,58 €	515 392,95 €	4,2%
63 .2	Remunerações do Pessoal	403 070,73 €	426 844,70 €	
63 .5	Encargos sobre Remunerações	80 691,99 €	84 323,50 €	
63 .6	Seguro Acidentes Trabalho	6 333,32 €	3 344,72 €	
63 .7	Custos Ação Social	552,74 €	706,00 €	
63 .8	Outros Gastos com Pessoal	4 042,80 €	174,03 €	
64	Gastos de Depreciação	29 376,85 €	35 003,76 €	19,2%
68	Outros Gastos e Perdas	15 415,84 €	15 076,51 €	-2,2%
68 .1	Imposto Municipal s/ Imóveis (principal)	3 414,43 €	3 363,43 €	
68 .8	Outros	12 001,41 €	11 713,08 €	
69	Gastos e Perdas Financeiros	- €	- €	
81	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2 835,86 €	- 86 918,18 €	

RESUMO

As Demonstrações Financeiras, Balanço e Demonstrações de Resultados, refletem a posição da Aurora Social a 31 de dezembro de 2025 e aqui encontram-se esquematizadas em quadros.

Balanço Individual

ATIVO

- a) O total do **Ativo Não Corrente** manteve-se equilibrado, registando apenas uma variação negativa de cerca de 24 mil euros face a 2024, por força das depreciações do exercício.
- b) Quanto ao **Ativo Corrente**, este registou um decréscimo de 71 590,44€, provocado pelas rubricas Clientes com menos, sensivelmente, 9,5 mil euros, Outros Ativos Correntes, com menos 54 mil euros e Caixa e Depósitos à Ordem com um saldo de menos 11 mil euros face ao ano anterior. A única rubrica a expressar um aumento foi a de Inventários com um acréscimo relativo de 45% (pouco mais de 3,5 mil euros);

	2025	2024
Outros ativos correntes	450 501,35	504 634,16
Pessoal		
Fornecedores	8 415,30	2 185,08
Devedores por acréscimos de rendimentos	49 557,23	76 001,23
Devedores diversos	392 528,82	426 447,85

Nos Outros Ativos Correntes, a rubrica **Devedores por Acréscimos de Rendimentos**, referente ao valor em dívida da DRSS, à data de 31/12/2024, diminuiu 26.444,00€, por via do valor transferido para a nossa conta de Depósitos à Ordem, a 31/12/2025.

Quanto à rubrica **Devedores Diversos**, apesar de registar uma diminuição de quase 34 mil euros, continua a ser a SRSS o maior responsável pela quase totalidade do valor em dívida (93%).

FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO

- c) Dos **Fundos Patrimoniais**, destaque para a diminuição dos Resultados Líquidos do Exercício que em 2025 foram negativos em quase **87 mil euros**;



De facto, o ano 2025 foi um ano bastante difícil em termos operacionais, pautado por algumas circunstâncias que fizeram agravar o Resultado do Exercício, onde podemos destacar:

- Aumento generalizados dos preços, que não conseguimos imputar na mesma proporção aos nossos clientes. Apenas no 3.º trimestre de 2025, conseguimos fazer uma atualização parcial de preços (refeições diárias, caterings);
- O valor em dívida da DRSS, em final de 2025, era já de 194.914,06€, conforme quadro explicativo:

DÍVIDA DA DRSS	2024	2025	TOTAL	Reembolsado	Em Dívida	Data do Reembolso
Caetano & Medeiros Lda	109 905,71 €	7 491,06 €	117 396,77 €	0	117 396,77 €	
Rendas CAO (2023, 2024)	38 749,20 €	19 666,00 €	58 415,20 €	6 000,00 €	52 415,20 €	19/06/2023
Condomínio Pico Salomão	8 101,94 €	908,01 €	9 009,95 €		9 009,95 €	
Ramal PT + Vistorias (2023, 2024)	8 434,62 €	1 450,00 €	9 884,62 €		9 884,62 €	
Consumo EDA (Pico Salomão)	3 195,71 €	3 011,81 €	6 207,52 €		6 207,52 €	
TOTAL	168 387,18 €		200 914,06 €		194 914,06 €	

A este poderíamos imputar o valor de **23.415,99€**, referente ao IMI do edifício do Pico Salomão, mas que tivemos de o retirar por a DRSS nos dizer que não faz sentido o Estado reembolsar "impostos". Só a 31/12/2025 recebemos uma transferência no valor de **26.444,18€**, por conta de amortização desta dívida, só possível de refletir em 2026.

- Além disso, logo no início de 2025 tivemos valores significativos a liquidar que, a par da dívida de DRSS, vieram estrangular sobremaneira a nossa tesouraria, o que se repercutiu por todo o ano económico: cerca de 15.000€ de IVA a pagar, por conta das faturas apresentadas pelo empreiteiro em dezembro de 2024 e mais 8 mil euros (valor não participado) relativos à aquisição da carrinha elétrica.
- Assim, durante todo o ano de 2025, vimo-nos restringidos em termos de tesouraria, obrigando-nos a uma gestão muito prudente, que, entre outras coisas, nos impediu, por um lado, de fazer alguns investimentos de pequena soma, como foi o caso da criação do site e da aquisição de embalagens para a comercialização dos pudinzinhos de feijão, e, por outro lado, nos obrigou à utilização de crédito bancário (o que não acontecia há muito tempo), como forma de controlar saldos de fornecedores.

Handwritten signatures and initials in the top right corner of the page.

- Acresce referir que a DRSS acaba por ser diretamente responsável pela situação económica que vivemos em 2025, e pelo resultado negativo apresentado. Indiretamente, também travou o nosso crescimento além de ter provocado múltiplos constrangimentos na relação com fornecedores.
- d) Do que acima foi referido, e como se encontra espelhado no Balanço, os Fornecedores registaram um aumento de 169%, passando de 41,3 mil euros em 2024 para 111,3 mil euros em 2025 e o Financiamento de curto prazo aumentou, com a utilização do montante disponível na Conta de Crédito Caucionada de 15.000,00€.
- e) Na rubrica Outros Passivos Correntes, relacionada com a conta dos fornecedores de investimento e credores diversos, não houve alterações significativas, registando-se um decréscimo de cerca de 13 mil euros.

	2025	2024
Outras passivos correntes	202 861,13	215 866,26
Fornecedores de investimentos	115 767,21	148 324,92
Credores por acréscimos de gastos	80 528,33	64 632,87
Credores diversos	1 438,97	
Pessoal	5 126,62	2 908,47

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

- f) A Demonstração de Resultados é o documento que reflete o desempenho operacional da entidade ao longo do ano 2025;
- g) Em termos operacionais é evidente o reflexo que a diminuição dos subsídios à exploração exerceu sobre o **Resultado Operacional** (atividade), com um decréscimo de **50 981,42€**, passando de 391.517,83€ em 2024 para 340.536,41€ em 2025.



Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2025

(em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2025	2024
Vendas e serviços prestados	3/7/11	398 013,40	350 452,99
Subsídios, doações e legados à exploração	3/8	340 536,41	391 517,83
Variação nos inventários da produção			-
Trabalhos para a própria entidade			-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3/6/11	- 172 846,89	- 153 271,67
Fornecimentos e serviços externos	11	- 121 186,81	- 113 919,07
Gastos com o pessoal	3/10	- 515 392,95	- 494 691,58
Ajustamento de inventários (perdas / reversões)			-
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			-
Provisões (aumentos / reduções)			-
Provisões específicas (aumentos / reduções)			-
Outras imparidas (perdas/reversões)			-
Aumentos / reduções de justo valor			-
Outros rendimentos	11	34 038,93	67 540,05
Outros gastos	11	- 15 076,51	- 15 415,84
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		- 51 914,42	32 212,71

- h) Mais se acrescenta que se tivéssemos recebido os valores em falta da DRSS, o Resultado do Exercício teria sido positivo.
- i) Relativamente aos **Gastos Totais**, houve um ligeiro aumento na ordem dos 52,8 mil euros o que representa um aumento de 6,55%, que não é significativo.

A 31/12/2025 a Aurora Social contava com 29 colaboradores, o que representa 59% dos Gatos Totais.

- j) Quanto aos **Rendimentos Totais**, verificou-se uma diminuição na ordem dos 4,8%, representando um decréscimo global de quase 37 mil euros. De notar o esforço realizado pela área produtiva (Vendas e Prestação de Serviços) que apresentou um crescimento de 48,3 mil euros, sendo a única rubrica de Rendimentos com **crescimento positivo de 14,2%**.

TESOURARIA

Descrição	2025	2024
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	1 085,84	2 997,23
Depósitos à ordem	37 959,64	47 190,91
Outros Depósitos bancários		
Total	39 045,48	50 188,14

O saldo de Depósitos à Ordem foi influenciado pela transferência da Região, recebida a 31/12/2025, de 26.444,18€.

NOTA: Foram publicadas em 2025 no Jornal Oficial, as Portarias abaixo indicadas, que previam a transferência de **191 243,55€** para a Aurora Social, no entanto, apenas recebemos duas delas, conforme assinalado.

JORNAL OFICIAL - 2025

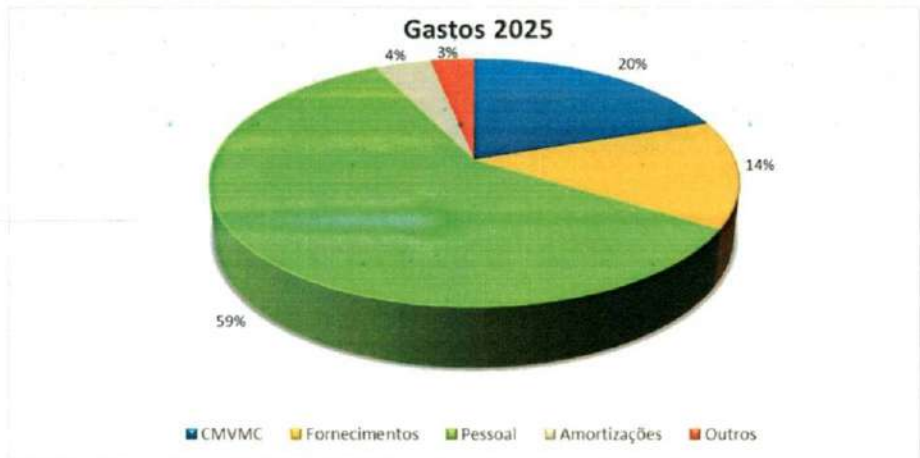
Portaria 806/2025, de 4 junho	77 234,49 €	não recebido	
Portaria 1242/2025, de 2 setembro		4 256,87 €	Recebido conta a 31/12/2025 Novo Banco
Portaria 1301/2025, de 18 setembro		22 187,31 €	Recebido conta a 31/12/2025 Novo Banco
Portaria 1527/2025, de 23 outubro	45 514,33 €	não recebido	
Portaria 1635/2025, de 7 novembro	38 307,00 €	não recebido	
Portaria ??/2025	3 743,55 €	não recebido	
	164 799,37 €	26 444,18 €	

Handwritten signatures and initials:
 J. J. J.
 Du @
 P. P. P.
 [Signature]

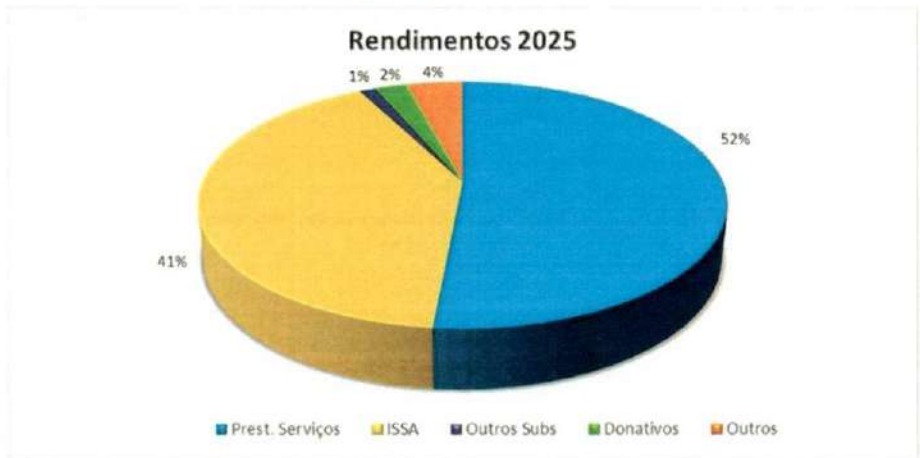
EVOLUÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO






ESTRUTURA DE GASTOS (2025)



ESTRUTURA DE RENDIMENTOS (2025)



Pelo 3.º ano consecutivo a Prestação de Serviços foi superior ao valor do Subsídio do Acordo de Cooperação com o ISSA. Em 2023, a diferença foi apenas de 1%. Em 2024, o montante da Prestação de Serviços representou 42% do total de Rendimentos contra 38% dos Subsídios recebidos. Em 2025, essa diferença acentua-se ainda mais, pelo facto de o valor dos Subsídios ter diminuído e a Prestação de Serviços aumentado, sendo agora 52% contra 41%.

QUADRO RESUMO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Secção	Colaborador/a	Formação	Laboral Pós-Laboral	Presencial OnLine	Iniciativa da Formação	Data	Entidade	Horas	Observações	Certificado
Cozinha	Paulo Creador	Higiene e Segurança Alimentar na Restauração	Laboral	Presencial	Instituição	Abril	Cresaçor	25	Frequentou	Sim
	Rai Gouveia	Lidar com a Ansiedade, Preocupação e Stress no Trabalho	Laboral			Setembro	Sintap	21	Frequentou	Sim
	Sónia Braga	Higiene e Segurança Alimentar na Restauração	Laboral	Presencial	Instituição	Abril	Cresaçor	25	Frequentou	Sim
Secretaria	Tânia Raposo	Higiene e Segurança Alimentar na Restauração	Laboral	Presencial	Instituição	Abril	Cresaçor	25	Frequentou	Sim
	Mariana Bettencourt	A Inteligência Emocional ao Serviço do Sucesso das Equipas	Laboral	Online	Instituição	Janeiro	Fundação A.S.Leal	3	Frequentou	Sim
		Gestão de Stocks	Laboral	Online	Instituição	Fevereiro	CQA	25	Frequentou	Sim
	Natércia Araújo	Folha de Cálculo - Funcionalidades Avançadas	Laboral		Instituição	Fevereiro	CQA	25	Frequentou	Sim
Bar	Paula Rita Vieira	Lidar com a Ansiedade, Preocupação e Stress no Trabalho	Laboral		Instituição	Setembro	Sintap	21	Frequentou	Sim
	Carolina Raposo	Liderança e Trabalho em Equipa	Laboral	Presencial	Instituição	Abril	Cresaçor	25	Frequentou	Sim
CACI		Higiene e Segurança Alimentar na Restauração	Misto	Online	Instituição	Fevereiro	CQA	25	Frequentou	Sim
	Andrea Amaral	Código do Trabalho e CTTs	Laboral	Presencial	Próprio	Abril	Sintap	14	Frequentou	Sim
		Workshop - Trabalho em Madeira	Laboral	Presencial	Instituição	Set a Dez	Cresaçor	24	Frequentou	
		Workshop - Trabalho e Arte em Escama de Peixe	Laboral	Presencial	Instituição	Set a Fev 26	Cresaçor	16	Frequentou	
		I Encontro de Nutrição dos Açores	Laboral	Presencial	Próprio	Dezembro	USISM	16	Frequentou	Sim
	Brenda Paço	Comunicação Interpessoal e Assertividade	Laboral	Online	Instituição		CFPSA	25	Frequentou	
		Workshop - Trabalho e Arte em Escama de Peixe	Laboral	Presencial	Instituição	Set a Fev 26	Cresaçor	16	Frequentou	
	Catarina Gouveia	Código do Trabalho e CTTs	Laboral	Presencial	Próprio	Abril	Sintap	14	Frequentou	Sim
		Apoio à Implementação do Regime do Maior Acompanhado na RAA	Laboral	Presencial	Instituição	Abril	DRPIIS	7	Frequentou	Sim
		Introdução ao Desporto para Pessoas com Deficiência e Formação de Árbitros de Polybat - Componente Teórica	Laboral	Online	Instituição	Novembro	FPDD	2	Frequentou	
	Workshop - Trabalho e Arte em Escama de Peixe	Laboral	Presencial	Instituição	Set a Fev 26	Cresaçor	16	Frequentou		
	Reabilitação Cognitiva no Adulto e no Idoso	Pós-Laboral	Online	Próprio	Março	MDC Psicologia	12	Frequentou	Sim	
	Apoio à Implementação do Regime do Maior Acompanhado na RAA	Laboral	Presencial	Instituição	Abril	DRPIIS	7	Frequentou	Sim	
	I Encontro de Nutrição dos Açores	Laboral	Presencial	Próprio	Dezembro	USISM	16	Frequentou	Sim	
TOTAL HORAS								405		

Em 2025 foram ministradas 23 ações de formação, num total superior a 405 horas de Formação Profissional, que representaram um investimento de 131,00€. Participaram das ações de formação 14 pessoas.

PRESIDENTE DE MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral pede a aprovação para:

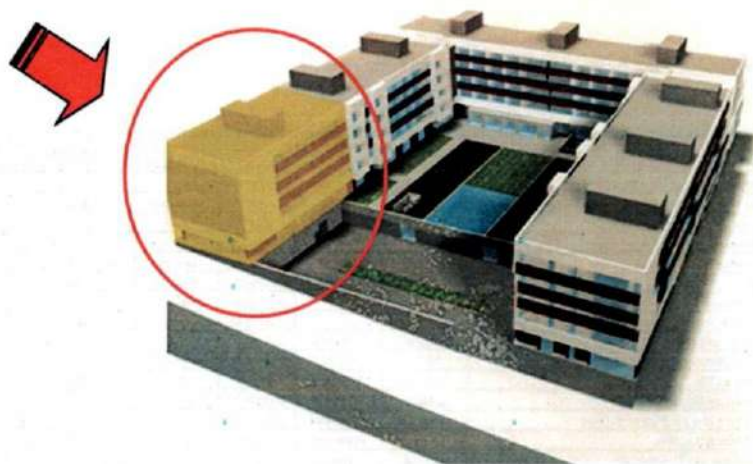
- 1) Relatório de Gestão e Contas de 2025;
- 2) Parecer do Conselho Fiscal.

| unanimidade

J. da A.
F. Silva
A.

PONTO 2 - Centro de Apoio à Deficiência – Centro de Integração Multifuncional

Em setembro de 2014 foi realizada a escritura pública de aquisição de 5 frações autónomas do edifício sito ao Pico Salomão, Rua Dr. Alberto Carlos Paulo de oliveira, 183 – Bloco I.



No dia 06 de fevereiro de 2019, a Secretária Regional da Solidariedade Social, Dra. Andreia Cardoso, procedeu à apresentação pública do projeto de requalificação das instalações onde funcionará o Centro de Apoio à Deficiência, da Aurora Social – Associação de Promoção de Emprego Apoiado e da APPDA-Açores – Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo, e simultaneamente ao lançamento do respetivo concurso público.

No dia 13 de março de 2019 decorreu o Ato Público de abertura das propostas do “Concurso Público para a Adjudicação da Empreitada de Requalificação de Edifício para a Instalação de Centro de Apoio à Deficiência”, tendo sido apresentadas quatro propostas. Foram excluídas 3 propostas por apresentarem preço acima do valor base, ficando apenas admitida a proposta da empresa Caetano & Medeiros, à qual se procedeu a adjudicação do Contrato de Empreitada.

Em novembro de 2019 realizou-se a Cerimónia de Lançamento da 1.ª Pedra, presidida pelo Sr. Presidente do Governo Regional, Dr. Vasco Cordeiro.

As obras iniciaram-se em abril de 2020, mas têm surgido diversos problemas com os projetos de especialidades do projetista, que não permitem avançar de acordo com o cronograma da obra.

Semanalmente são realizadas reuniões em que participam o empreiteiro, o órgão de fiscalização e a Aurora Social, na qualidade de dono da obra.

Dados relativos à obra:

- Data de início da contagem do prazo da obra 01.04.2020;
- Prazo de execução da empreitada 360 dias;
- Data da conclusão conforme contrato 26.03.2021.

No fim de dezembro de 2020, decorridos 9 meses de execução de obra, apenas 18,5% do valor contratual estava faturado, revelando já o prenúncio de ser impossível concluir a obra nos 3 meses restantes. Procedeu-se a 5 prorrogações do prazo da obra.

Pese embora a indicação da Direção Regional da Solidariedade Social ter referido que a obra teria de estar concluída em dezembro de 2022, o certo é que ainda se encontram a decorrer os últimos acabamentos. Após o término da 6.ª e última prorrogação do prazo da obra, que terminou no dia 5 de maio de 2023, a Fiscalização agendou para dia 8 de maio a Vistoria com vista à entrega provisória da obra (efetuada a 8 e 11 de maio), da qual resultou uma extensa lista de procedimentos a concluir.

O prazo estipulado para que o empreiteiro proceda às correções é até **15.06.2023**, data a partir do qual o empreiteiro vai informar da data para realização de nova vistoria.

E, entretanto, já decorreram mais uns quantos meses sem que a obra nos tivesse sido entregue. Na 2.ª semana de abril deste ano, o Eng. Da DRSS que acompanha a obra ligou-me a referir que os testes finais têm de ser executados com a maior brevidade possível visto que existe a obrigatoriedade de entrega da obra até final do corrente mês, por colocar em causa os Fundos Comunitários. No entanto, foi referido que, podemos efetuar o Auto de Receção da obra, desde que fiquem registadas todas as anomalias e correções pendentes.

Quanto ao Concurso Público para o Fornecimento de Equipamentos, a DRSS referiu, em fevereiro de 2025, que poderíamos adjudicar os Lotes que tinham proposta, no entanto, achei mais prudente aguardar por novos desenvolvimentos.

Só no 3.º trimestre de 2025, tivemos conhecimento formal da desistência do projeto da outra Instituição, a APPDA Açores, pelo que tivemos de readaptar o projeto, atribuindo novas atividades. Foi efetuado um estudo preliminar com técnicos do ISSA.



PONTO 3 – Outros Projetos

3.1 JUNTOS À DESCOBERTA

Na sequência da atribuição de um donativo concedido pela SATA de 2.021 euros, convertível em passagens aéreas, decidimos desenvolver o projeto “Juntos à Descoberta” que permitirá proporcionar a um grupo de utentes uma experiência única, viajar em lazer até Lisboa e explorar os locais mais emblemáticos da capital portuguesa. Trata-se de um projeto que trabalha diversas vertentes, desde a inclusão, ao desenvolvimento de experiências de lazer, simultaneamente numa perspetiva cultural e didática, potenciando a autonomia, saúde mental e socialização. Se para muitos é uma forma de turismo, para eles trata-se de uma experiência inclusiva que visa garantir que todos, independentemente das suas capacidades físicas, sensoriais ou cognitivas, possam desfrutar de novas experiências de forma segura e digna.

Foram contactadas diversas unidades hoteleiras, no continente, no sentido de apoiarem esta iniciativa, mas até á presente data, ainda não tivemos respostas positivas para o período pretendido (de 10 e 17 de abril). Várias unidades do sector propõem-nos datas alternativas para poderem apoiar o projeto.

No entanto, continuam a decorrer diversas iniciativas de angariação de fundos:

NOME	VALOR
PARTICULARES	1 939,70 €
ATIVIDADES	
Clube Motard Guerreiros do Asfalto (Festival de Sopas)	912,55 €
Pinturas Faciais com Lucília Pacheco	63,01 €
Venda de Produtos de Natal (Aurora Social)	462,70 €
EMPRESAS E ORGANISMOS PÚBLICOS	
Açorotel	500,00 €
Clube Motards da Bretanha	200,00 €
Finançor Agro Alimentar	100,00 €
Grupo de Funcionários da Direção de Finanças (Polo PDL)	200,00 €
Grupo Motard Independente	100,00 €
José Maria Tavares Dias - CAFÉ ROYAL	50,00 €
Junta de Freguesia de Santa Clara	200,00 €
MV Contabilidade Consultoria	50,00 €
SATA (passagens aéreas)	2 021,00 €
Sindescom	150,00 €
VALOR TOTAL	6 948,96 €

3.2 OUTROS PROJETOS

Dadas as explicações já efetuadas no presente Caderno, não conseguimos avançar com outros projetos há tanto aguardados, pois, por um lado, não podíamos estar a assumir novos compromissos financeiros sem cabimento orçamental, e por outro lado, apesar de termos solicitado apoio à DRSS para o seu financiamento, os mesmos foram recusados:

- Site Institucional;
- Embalagens comerciais;
- Mão que Cria – avançámos com 50% do valor, sendo que o remanescente será entregue em 2026, com a finalização do produto;
- Lar/Residências para a pessoa com deficiência idosa – abandonámos, por enquanto, este projeto pois teremos de pesquisar um possível financiamento direto da União Europeia, tendo em consideração todas as premissas obrigatórias e os eixos de sustentabilidade prioritários, por forma a que uma possível candidatura seja a mais completa possível e, se possível, replicando, modelos de sucesso de implementação a nível europeu.

A Direção da Aurora Social

Quimana

Quimana

António Manuel Oliveira Lopes

at
Enochalbm

f

ANEXOS

- 1- Balanço
- 2- Demonstração de Resultados;
- 3- Demonstração de Alterações de Fundos Patrimoniais;
- 4- Demonstração de Fluxos de Caixa;
- 5- Anexo às Demonstrações Financeiras.

Aurora social Associação de promoção de emprego apoiado

NIF: 512038872

Balço em 31 de dezembro de 2025

(em euros)

Rubrica	Notas	2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3/4	3 667 422,89	3 691 354,67
Bens do património histórico e cultural		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros	9	1 825,29	1 825,29
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros		-	-
Outros créditos e ativos não correntes		-	-
Total ativo não corrente		3 669 248,18	3 693 179,96
Ativo corrente			
Inventários	3/6	11 411,55	7 847,87
Créditos a receber	3/9/11	23 974,25	33 514,53
Estado e outros entes públicos		73,00	-
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros		-	-
Diferimentos	3/11	502,88	914,25
Outros ativos correntes	3/9/11	450 501,35	504 634,16
Caixa e depósitos bancários	9	39 045,48	50 188,14
Total ativo corrente		525 508,51	597 098,95
Total ativo		4 194 756,69	4 290 278,91
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		-	-
Excedentes técnicos		-	-
Reservas		-	-
Resultados transitados	11	792 697,44	802 698,03
Excedentes de revalorização		-	-
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	11	3 134 195,91	3 163 772,91
Resultado líquido do período	11	86 918,18	2 835,86
Dividendos antecipados		-	-
Interesses que não controlam		-	-
Total fundos patrimoniais		3 839 975,17	3 969 306,80
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		-	-
Provisões específicas		-	-
Financiamentos obtidos		-	-
Outras dívidas a pagar		-	-
Total passivo não corrente		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	3/9	111 277,37	41 300,60
Estado e outros entes públicos	11	16 644,96	46 003,60
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros		-	-
Financiamentos obtidos	3/9	15 000,00	-
Diferimentos	3/9	8 998,06	17 801,65
Outros passivos correntes	3/9/11	202 861,13	215 866,26
Total passivo corrente		354 781,52	320 972,11
Total passivo		354 781,52	320 972,11
Total fundos patrimoniais e passivo		4 194 756,69	4 290 278,91

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2025

(em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2025	2024
Vendas e serviços prestados	3/7/11	398 013,40	350 452,99
Subsídios, doações e legados à exploração	3/8	340 536,41	391 517,83
Variação nos inventários da produção			-
Trabalhos para a própria entidade			-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3/6/11	- 172 846,89	- 153 271,67
Fornecimentos e serviços externos	11	- 121 186,81	- 113 919,07
Gastos com o pessoal	3/10	- 515 392,95	- 494 691,58
Ajustamento de inventários (perdas / reversões)			-
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			-
Provisões (aumentos / reduções)			-
Provisões específicas (aumentos / reduções)			-
Outras imparidas (perdas/reversões)			-
Aumentos / reduções de justo valor			-
Outros rendimentos	11	34 038,93	67 540,05
Outros gastos	11	- 15 076,51	- 15 415,84
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		- 51 914,42	32 212,71
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	3/4	- 35 003,76	- 29 376,85
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		- 86 918,18	2 835,86
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	3/5	-	-
Resultado antes de impostos		- 86 918,18	2 835,86
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		- 86 918,18	2 835,86

Aurora social Associação de promoção de emprego apoiado

NIF: 512038872

Fluxos de caixa de 1 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

(em euros)

Rubrica	Notas	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		402 932,70	384 443,76
Pagamentos de subsídios		-	-
Pagamentos de apoios		-	-
Pagamentos de bolsas		-	-
Pagamentos a fornecedores	-	300 656,32	309 695,20
Pagamentos ao pessoal	-	432 690,42	461 331,69
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		303 903,73	315 370,76
Fluxos de caixa das atividades operacionais	-	26 510,31	71 212,37
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	8 548,80
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		367,65	685,13
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento		367,65	7 863,67
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		15 000,00	-
Realização de fundos		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Dividendos		-	-
Reduções de fundos		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		15 000,00	-
Variação de caixa e seus equivalentes	-	11 142,66	79 076,04
Caixa e seus equivalentes no início do período		50 188,14	129 264,18
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3/9	39 045,48	50 188,14

ANEXO

1. Identificação da Entidade

1.1. Designação da Entidade

Aurora Social - Associação de Promoção de Emprego Apoiado, com o número de identificação de pessoa coletiva 512 038 872.

1.2. Sede Social

Concelho de Ponta Delgada, no Caminho da Levada, n.º 25.

1.3. Natureza da atividade

A entidade é uma associação sem fins lucrativos, uma IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social) cujo principal objetivo é prestar apoio social a pessoas com deficiência, sem alojamento. Desenvolve ainda atividades secundárias associadas à área de bares/ restauração e confeção de refeições.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

Os membros da Direção entendem que as demonstrações financeiras anexas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da entidade, bem como a sua posição e desempenho financeiro.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial com correspondência nas demonstrações financeiras. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à entidade ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e da especialização dos exercícios (regime de acréscimo) e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em conformidade com as disposições em vigor em Portugal, de acordo com o Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativo às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva n.º 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, e revoga as Diretivas n.º 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho.

Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho, republica o Código de Contas;

- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, que aprova os modelos das demonstrações financeiras para as diferentes entidades que aplicam o SNC;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho, com a homologação da Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilística;
- Aviso n.º 8259/2016, de 29 de julho, com a homologação das Normas contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo;
- Aviso n.º 8258/2016, de 29 de julho, com a homologação das Normas Interpretativas do Sistema de Normalização Contabilística.

2.2. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024, incluídas nas demonstrações financeiras anexas para efeitos comparativos, apresentam-se em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).

3. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

A entidade aplica as suas políticas contabilísticas consistentemente para transações semelhantes, outros acontecimentos e condições, permitindo não só que as demonstrações financeiras proporcionem informação fiável e relevante sobre os efeitos das mesmas na posição financeira e desempenho financeiro, mas também permitindo que tal informação seja comparável ao longo do tempo.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, de acordo com as NCRF-ESNL.

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Os elementos das demonstrações financeiras foram reconhecidos e inscritos no balanço e na demonstração de resultados utilizando as bases de mensuração constantes do sistema de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).

Ativos fixos tangíveis

Determinado item é reconhecido como ativo quando diga respeito a um recurso controlado pela entidade, como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros.

Um item do ativo fixo tangível que seja classificado para reconhecimento como um ativo deve ser mensurado pelo seu custo.

Nas ESNL existem bens do ativo fixo tangível atribuídos a título gratuito em que o custo pode ser desconhecido. Neste caso, os bens são mensurados ao justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na sua contabilidade. A quantia assim apurada corresponderá ao custo considerado para efeitos da mensuração no reconhecimento.

O custo de um item do ativo fixo tangível compreende:

- O seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos;
- Quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida; e
- A estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauro do local no qual este está localizado, em cuja obrigação uma entidade incorre seja quando o item é adquirido seja como consequência de ter usado o item durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários durante esse período.

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo que seja significativo em relação ao custo total do item deve ser depreciada separadamente.

O gasto de depreciação em cada período deve ser reconhecido nos resultados a menos que seja incluído na quantia escriturada de um outro ativo.

Nas ESNL os eventuais bens do património histórico, artístico e cultural não são objeto de depreciação.

A quantia depreciável de um ativo deve ser imputada numa base sistemática durante a sua vida útil.

A depreciação de um ativo começa quando este esteja disponível para uso, isto é quando estiver na localização e condição necessárias para que seja capaz de operar na forma pretendida. A depreciação de um ativo cessa na data em que o ativo for desconhecido.

Na determinação na vida útil de um ativo uma entidade deve considerar todos os seguintes fatores:

- Uso esperado do ativo;
- Desgaste normal esperado;
- Obsolescência técnica ou comercial proveniente de alterações ou melhoramentos; e
- Limites legais ou semelhantes no uso do ativo.

O método de depreciação usado reflete o modelo por que se espera que os bens do ativo contribuam para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Atualmente utiliza-se o método da linha reta.

A quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível deve ser desconhecida no momento da alienação ou quando não se espere a realização de atividades presentes ou futuras resultantes do seu uso ou alienação.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Custos dos empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos incluem juros de descobertos bancários e de empréstimos obtidos a curto prazo, amortização de custos acessórios incorridos em ligação com a obtenção de empréstimos.

Os custos dos empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos no período em que são incorridos, à exceção dos custos com empréstimos que sejam atribuíveis à aquisição, construção ou produção de Ativos.

Inventários

Os inventários são mensurados pelo custo. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, de conversão e outros custos necessários para colocar os inventários no seu local e às condições necessárias. Quando os inventários são vendidos, a quantia escriturada dos inventários são reconhecidos como um gasto do período em que o rédito é reconhecido.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Uma entidade deve mensurar os seguintes instrumentos financeiros ao custo menos perdas por imparidade:

- a) Instrumentos tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários, incluindo os em moeda estrangeira;
- b) Contratos para conceder ou contrair empréstimos; e

Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

No final de cada período de relato financeiro são analisadas as contas de clientes e outros devedores de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.



b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa e de depósitos bancários, mensurados pelo seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

d) Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os gastos com férias e subsídio de férias são registados como gasto do período em que os empregados adquirem o direito ao seu recebimento. Em consequência, as responsabilidades com férias e subsídio de férias e correspondentes encargos patronais vencidos e não pagos à data de relato financeiro foram estimados e incluídos na rubrica “Outros passivos correntes”.

e) Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outros passivos/ativos correntes”.

Contabilização dos subsídios e outros apoios

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a eles associados e que o subsídio será recebido.

Os subsídios são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima de um dado exercício e é reconhecido nesses mesmo exercício como rendimento.

Imposto sobre o rendimento

O tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento é, salvo disposição específica, o método do imposto a pagar. O termo “impostos sobre o rendimento” inclui todos os impostos baseados em lucros tributáveis incluindo as tributações autónomas, que sejam devidos em qualquer jurisdição fiscal.

Os impostos correntes para períodos correntes e anteriores devem, na medida em que não estejam pagos, ser reconhecidos como passivos. Se a quantia já paga com respeito a períodos correntes e anteriores exceder a quantia devida para esses períodos, o excesso deve ser reconhecido como um ativo.

Os passivos (ativos) por impostos correntes dos períodos correntes e anteriores devem ser mensurados pela quantia que se espera que seja paga (recuperada de) às autoridades fiscais, usando as taxas fiscais (e leis fiscais) aprovadas à data do balanço.

O gasto (rendimento) de impostos relacionado com o resultado de atividades ordinárias é apresentado na demonstração dos resultados.

O resultado fiscal pode diferir do resultado contabilístico quando haja exclusão de gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis

Rédito

O rédito é o rendimento que surge no decurso das atividades ordinárias de uma entidade, como sejam vendas, prestações de serviços, juros, dividendos e royalties.

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade, não incluindo impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do relato financeiro. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- a) A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- b) Seja provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- c) A fase de acabamento da transação à data do Balanço possa ser mensurada com fiabilidade;
- d) Os custos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

b) Principais pressupostos relativos ao futuro.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da entidade.

c) Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas a entidade adotou certos pressupostos e estimativas envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte.

Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão responsável tiveram por base o seu melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas na elaboração de tais estimativas. As alterações às estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4. Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações sobre Ativos Fixos Tangíveis

a) Critérios de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta

Os itens do ativo fixo tangível, classificados para reconhecimento como um ativo, são mensurados pelo seu custo que compreende o preço de compra, após dedução dos descontos e abatimentos, e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida.

Na mensuração após reconhecimento é utilizado o modelo do custo de acordo com o qual os itens do ativo fixo tangível são escriturados pelo seu custo deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Métodos de depreciação usados

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, sendo a quantia depreciável dos ativos fixos tangíveis imputada numa base sistemática pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As depreciações do exercício, no montante de 35.003,76€ foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização”.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As vidas úteis dos AFT foram determinadas de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Activo fixo tangível	Vida útil estimada
Terrenos e Recursos Naturais	Sem depreciação
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	Entre 1 a 8 anos
Equipamento de Transporte	4 anos
Equipamento administrativo	Entre 1 a 8 anos
Outros activos fixos tangíveis	Entre 1 a 10 anos

d) Quantia escriturada bruta e depreciações acumuladas. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

	Descrição	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e outras construções	Equipamentos básicos	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	778 062,71	1 354 188,00	72 564,37	91 583,96	11 185,96	6 240,24	1 738 049,55	4 081 874,98
2	Depreciações acumuladas iniciais		265 395,87	48 434,26	59 498,93	11 185,96	5 982,27		390 520,31
3	Perdas por imparidade acumuladas iniciais								
4	Quantia líquida escriturada inicial (4=1-2-3)	778 062,71	1 118 792,22	24 110,11	32 085,01		258,07	1 738 049,55	3 691 354,67
5	Movimentos do período: (5=5.1-5.2+5.3+5.4-5.5+5.6)		-27 683,64	-397,48	-4 140,00		-32,64	8 321,98	-25 951,78
5.1	Total de adições			2 750,00				8 689,63	11 439,63
Adições	Adições em 1.º mês							8 689,63	8 689,63
	Adições através de concentrações de actividades empresariais								
	Outras adições			2 750,00					2 750,00
	Estimativa de custos de desmantelamento e remoção								
	Trabalhos para a própria entidade								
	Acrescimos por revalorização								
Outras									
5.2	Total de deduções		27 683,64	3 147,48	4 140,00	32,64	367,65		35 371,41
Diminuições	Depreciações		27 683,64	3 147,48	4 140,00	32,64			35 063,76
	Perdas por imparidade								
	Alienações								
	Abatimentos								
	Outras							367,65	367,65
5.3	Reversões de perdas por imparidade								
5.4	Transferências de AFT em curso								
5.5	Transferências de para activos não correntes detidos para venda								
5.6	Outras transferências								
6	Quantia líquida escriturada final (6=4-5)	778 062,71	1 091 108,58	21 712,63	27 945,01		225,43	1 746 371,53	3 667 422,89
7	Quantia de garantia de passivos eivo de natureza restringida								

5. Custo dos empréstimos obtidos

5.1. Divulgações dos custos dos empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos. A entidade durante o período de 2025 não incorreu com custos de empréstimos obtidos a médio e longo prazo.

a) Valor dos custos dos empréstimos obtidos

	2025	2024
Juros de financiamentos	0,00	0,00
Outros Gastos financiamento	0,00	0,00
	0,00	0,00

6. Inventários

6.1 Divulgações exigidas

Os inventários são mensurados pelo custo corrente. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições atuais.

Maria Cabral
N.º 4425
Tel. 213 698

A
P
A

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, os inventários da entidade eram detalhados conforme se segue:

	2025			2024		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido
Mercadorias						
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	11 411,55		11 411,55	7 847,87		7 847,87
Produtos acabados e intermédios						
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos						
Produtos e trabalhos em curso						
Adiantamentos por conta de compras						
	11 411,55		11 411,55	7 847,87		7 847,87

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 é detalhado conforme se segue:

	2025			
	Mercadorias	MP, Subsid. Consumo	Outros	Total
Saldo inicial		7 847,87		7 847,87
Compras		189 075,66		189 075,66
Regularizações		-12 665,09		-12 665,09
Saldo final		11 411,55		11 411,55
CMVMC		172 846,89		172 846,89

	2024			
	Mercadorias	MP, Subsid. Consumo	Outros	Total
Saldo inicial		9 712,23		9 712,23
Compras		169 645,02		169 645,02
Regularizações		-18 237,71		-18 237,71
Saldo final		7 847,87		7 847,87
CMVMC		153 271,67		153 271,67

7. Rendimentos e gastos

7.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual é determinada por acordo entre a entidade e o adquirente. O rédito inclui apenas os influxos brutos de benefícios económicos

recebidos e a receber pela entidade de sua própria conta. As quantias cobradas por conta de impostos são excluídas do rédito.

O rédito reconhecido pela associação refere-se ao material vendido pela Cresaçor (em regime de consignação) de bens produzidos pelos utentes, as quotas e participações do exercício em análise de utentes e de utilizadores, e das prestações de serviços associadas às refeições e exploração do bar, que foram reconhecidas na totalidade. Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 é detalhado conforme se segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Vendas	279,30	
Prestação de serviços	397 734,10	350 452,99
	<u>398 013,40</u>	<u>350 452,99</u>

8. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

8.1 Reconciliação de quantia escriturada no início de no fim do período que mostre os aumentos e reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidas nos fundos patrimoniais

Os subsídios e outros apoios financeiros das entidades públicas são reconhecidos como rendimentos numa base sistemática durante o período necessário para serem “balanceados” com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima de exploração do exercício em questão.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a rubrica de “subsídios, doações e legados à exploração” apresentava a seguinte composição:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Instituto da Segurança Social dos Açores	315 973,28	296 098,81
Direção Regional de Qualificação Profissional e Emprego	8 799,16	12 500,40
Vice-Presidência do Governo Regional		76 001,23
Direção Regional das Comunidades	456,98	
Direção Regional Solidariedade Social		
Doações/Donativos	15 306,99	6 917,39
	<u>340 536,41</u>	<u>391 517,83</u>

Em períodos anteriores a entidade recebeu apoios ao investimento, que serão imputados na proporção da depreciação do bem de investimento.

Descrição	Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos			Valor de Subsídio por imputar no fim do período
	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado em períodos anteriores	Valor imputado ao período	
1 Subsídios relacionadas com activos/ao investimento (1=1.1+1.2+1.3)	4 221 167,86	1 069 315,65	29 577,00	3 122 275,21
1.1 Activos fixos tangíveis (1.1=1.1.1+1.1.2+...+1.1.7)	4 221 167,86	1 069 315,65	29 577,00	3 122 275,21
1.1.1 Terrenos e recursos naturais	778 062,69	778 062,69		0,00
1.1.2 Edifícios e outras construções	3 387 078,40	265 398,85	25 683,76	3 095 995,79
1.1.3 Equipamento básico				
1.1.4 Equipamento de transporte	53 903,77	23 731,11	3 893,24	26 279,42
1.1.5 Equipamento administrativo	2 123,00	2 123,00		
1.1.6 Equipamentos biológicos				
1.1.7 Outros				
1.2 Activos Intangíveis (1.2=1.2.1+1.2.2+...+1.2.4)				
1.2.1 Projectos de Desenvolvimento				
1.2.2 Programas de computador				
1.2.3 Propriedade industrial				
1.2.4 Outros				
1.3 Outros activos				
2 Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração			340 536,41	
3 Valor dos reembolsos no período respeitantes a: (3=3.1+3.2)				
3.1 Subsídios relacionados com activos ao investimento				
3.2 Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração				
4 TOTAL (4=1+2+3)	4 221 167,86	1 069 315,65	370 113,41	3 122 275,21

9. Instrumentos financeiros

9.1 Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para contabilização de instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros são mensurados ao custo menos perdas por imparidades.

a) Créditos a receber e outros ativos correntes

Os saldos dos créditos a receber proveniente da rubrica de clientes são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

À data de relato financeiro o saldo dos créditos a receber totaliza o valor de 23.974,25€ (33.514,53€ em 2024), sem quaisquer perdas por imparidade e o saldo dos outros ativos correntes apresentavam um valor de 450.501,35€ (504.634,16€ em 2024).

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa e de depósitos à ordem e a prazo registados pelo seu valor nominal, conforme se apresenta:

Descrição	2025	2024
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	1 085,84	2 997,23
Depósitos à ordem	37 959,64	47 190,91
Outros Depósitos bancários		
Total	39 045,48	50 188,14

c) Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, à data de 31 de dezembro de 2025 o saldo da rubrica de fornecedores apresentava um valor de 111.277,37€ (41.300,60€

em 2024), a rubrica de outros passivos correntes apresentava um saldo de 202.861,13€ (215.866,26€ em 2024).

d) Outros Investimentos Financeiros

Os montantes incluídos na rubrica de “outros investimentos financeiros” respeitam ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) criado pela Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, e apresenta um saldo no valor de 1.825,29€, no entanto o mesmo foi extinto em abril 2023, podendo esse fundo ser utilizado pela entidade mas com algumas limitações.

9.2 Dívidas da entidade e à entidade reconhecidas à data do balanço

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 os instrumentos financeiros apresentavam, resumidamente, a seguinte decomposição:

Descrição	2025		2024	
	Mensuradas ao custo	Imparidades acumuladas	Mensuradas ao custo	Imparidades acumuladas
Activos financeiros	474 475,60		538 148,69	
Créditos a receber	23 974,25		33 514,53	
Outros ativos correntes	450 501,35		504 634,16	
Passivos financeiros	329 138,50		257 166,86	
Fornecedores	111 277,37		41 300,60	
Financiamentos obtidos	15 000,00			
Outros passivos correntes	202 861,13		215 866,26	

10. Benefícios dos empregados

À data de 31 de dezembro de 2025 a entidade tinha 29 colaboradores remunerados no seu registo de processamento de vencimentos.

Durante o ano de 2025 os gastos com pessoal foram discriminados conforme o quadro abaixo:

Descrição	2025	2024
Gastos com pessoal	515 392,95	494 691,58
Remunerações dos órgãos sociais		
Das quais: participação nos lucros		
Remunerações do pessoal	426 844,70	402 982,43
Das quais: participação nos lucros		
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Prémios para pensões		
Outros benefícios		
Dos quais:		
Para planos de contribuições definidas - órgãos sociais		
Para planos de contribuições definidas - outros		
Indemnizações		88,30
Encargos sobre remunerações	84 323,50	80 691,99
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	3 344,72	6 333,32
Gastos de acção social	706,00	552,74
Outros gastos com pessoal	174,03	4 042,80
Dos quais:		
Gastos com formação	0,00	3 967,90
Medicação	4,68	74,90
Gastos com fardamento	38,34	0,00

Os membros dos Órgãos Sociais da Instituição não são remunerados.

11. Outras divulgações

11.1 Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira

a) Informação por Atividades Económicas

A entidade desenvolve duas atividades, a principal enquadrada na CAE-Rev. 3 com o número 88102, atividades de apoio social para pessoas com deficiência, sem alojamento onde foi criado o centro de custo "CACT", e atividades secundárias que consiste na confeção de refeições onde foi criado o centro de custo "Produção" e está enquadrado nessa atividade os seguintes CAR-Rev. 3:

- 56106 – Confeção de refeições prontas a levar para casa;
- 56210 – Fornecimento de refeições para eventos;
- 56290 – Outras atividades de serviços de refeições; e
- 56302 - Bares

Os valores apresentados estão agrupados pelos centros de custos da entidade.

	Descrição	CACI	Produção	Total
1	Vendas (1=1.1+1.2+1.3)		279,30	
1.1	Mercadorias		279,30	
1.2	Produtos acabados e intermédios, subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
1.3	Activos biológicos			
2	Prestações de serviços	13 004,17	384 849,52	397 853,69
3	Compras		189 075,66	189 075,66
4	Fornecimentos e serviços externos	246 860,73	52 372,54	299 233,27
5	CMVMC (5=5.1+5.2+5.3)		172 846,89	172 846,89
5.1	Mercadorias			
5.2	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		172 846,89	172 846,89
5.3	Activos biológicos (compras)			
6	Variação nos inventários da produção			
7	Número médio de pessoas ao serviço	14	15	29
8	Gastos com o pessoal (8=8.1+8.2)	246 639,65	268 753,30	515 392,95
8.1	Remunerações	201 210,38	225 634,32	426 844,70
8.2	Outros (inclui pensões)	45 429,27	43 118,98	88 548,25
9	Activos fixos tangíveis:			
9.1	Quantia escriturada líquida final			
9.2	Total de aquisições			
9.3	Das quais: em edifícios o outras construções			
9.4	Adições no período de activos em curso			
10	Propriedades de investimento:			
10.1	Quantia escriturada líquida final	3 615 539,82	51 883,07	3 667 422,89
10.2	Total de aquisições		2 750,00	2 750,00
10.3	Das quais: em edifícios o outras construções			
10.4	Adições no período de propriedades de investimentos em curso			

b) Informação por Mercados Geográficos

	Descrição	Interno	Comunitário	Extracomunitário
1	Vendas (1=1.1+1.2+1.3)			
2	Prestações de serviços	397 853,69		
3	Compras	189 075,66		
4	Fornecimentos e serviços externos	299 009,29	223,98	
5	Aquisições de activos fixos tangíveis			
6	Aquisições de propriedades de investimento			
7	Aquisições de activos intangíveis			
8	Rendimentos suplementares (8=8.1+...+8.5)	2 405,19		
8.1	Donativos			
8.1	Patrocínios			
8.2	Royalities			
8.3	Outros	2 405,19		
9	Por memória: Vendas e prestações de serviço (valores não descontados)			
10	Por memória: Compras e FSE (valores não descontados)			

c) Fundos Patrimoniais

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Resultados transitados	802 698,03	65 992,76	55 992,17	792 697,44
Outras variações nos fundos patrimoniais	3 163 772,91			3 163 772,91
Subsídios	3 151 852,21	29 577,00		3 122 275,21
Donativos	11 920,70			11 920,70
Outras				
Resultado líquido do período	2 835,86	89 754,04		-86 918,18
Total	3 969 306,80	155 746,80	55 992,17	3 869 552,17

d) Outros Ativos e Passivos Correntes

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 as rubricas de “Outros Passivos Correntes” e de “Outros Passivos Correntes” apresentavam a seguinte composição:

	2025	2024
Outros ativos correntes	450 501,35	504 634,16
Pessoal		
Fornecedores	8 415,30	2 185,08
Devedores por acréscimos de rendimentos	49 557,23	76 001,23
Devedores diversos	392 528,82	426 447,85
Outras passivos correntes	202 861,13	215 866,26
Fornecedores de investimentos	115 767,21	148 324,92
Credores por acréscimos de gastos	80 528,33	64 632,87
Credores diversos	1 438,97	
Pessoal	5 126,62	2 908,47

e) Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 as rubricas “Estado e Outros Entes Públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2025	2024
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas		
Adiantamentos por conta		
Retenção na fonte por terceiros		
Estimativa de imposto		
Retenção na fonte a terceiro	-768,42	-1 310,66
Imposto sobre o valor acrescentado	-7 284,76	-17 043,79
Contribuições para a Segurança Social	-8 391,74	-27 649,15
Outras tributações	-127,04	
TOTAL	-16 571,96	-46 003,60

À data de relato financeiro a entidade tinha a sua situação tributária e contributiva regularizada perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária e Aduaneira.

f) Imposto sobre o rendimento

A entidade desenvolve duas atividades, sendo apenas uma das atividades, o centro de custo da produção, tributadas através do regime geral de tributação.

A estimativa de imposto sobre o rendimento registada nas suas demonstrações financeiras é calculada com base nos seus resultados fiscais. À data de relato a taxa de imposto é aplicada de acordo com o número 5º do artigo 87.º do CIRC, com uma redução de 30% de acordo com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2014/A, de 29 de janeiro, que altera o n.º 1 do artigo 5.º do

Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de janeiro, portanto, uma taxa de 16,80% sobre a matéria coletável.

A entidade, uma vez que não exerce a título principal uma atividade comercial, industrial ou agrícola, não está sujeita a pagamento de Derrama.

O gasto de imposto (rendimento de imposto) é a quantia agregada incluída na determinação do resultado líquido do período respeitante a impostos correntes. Os impostos correntes dizem respeito à quantia a pagar (a recuperar) de impostos sobre o rendimento respeitantes ao lucro (perda) tributável de um período. O quadro abaixo evidencia o cálculo da estimativa de imposto para o período em questão.

	Descrição	Valor
1	Resultado contabilístico do período (global antes de impostos)	-86 918,18
2	Resultado contabilístico do período (atividade sujeita antes de impostos)	-103 457,49
3	Diferenças permanentes	471,53
4	Resultado tributável do período	-102 985,96
5	Imposto corrente do período (colecta)	0,00
6	Tributações autónomas	0,00
7	Derrama	0,00
8	Estimativa de imposto (8=5+6+7)	0,00
9	Taxa efectiva de imposto sobre o rendimento [8=(7/1)*100]	0,00%

g) Diferimentos Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 as rubricas do ativo e passivo correntes “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2025	2024
Gastos a reconhecer	502,88	914,25
Seguros antecipados	349,56	801,75
Outros	153,32	112,50
Rendimentos a reconhecer	8 998,06	17 801,65
Outros	8 998,06	17 801,65

h) Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 as rubricas de fornecimentos e serviços externos apresentavam a seguinte decomposição:

Rubrica	2025	2024	Var. (%)
Subcontratos		812,00	-100%
Trabalhos Especializados	7 430,62	7 152,09	4%
Publicidade e Propaganda	575,32		
Vigilância e Segurança	644,78	617,76	4%
Honorários	20 373,01	18 691,86	9%
Conservação e Reparação	3 698,20	3 975,90	-7%
Serviços Bancários	593,34	435,21	36%
Outros Serv. Especializados	281,12	221,67	27%
Ferramentas e utensílios Desgaste Rápido	1 672,34	1 159,32	44%
Material de Escritório	3 444,06	3 305,14	4%
Artigos para Oferta	452,74	198,50	128%
Outros Materiais	3 264,38	1 456,60	124%
Electricidade	12 943,76	17 108,70	-24%
Combustíveis	3 686,15	4 427,27	-17%
Outros fluidos	3 926,71	3 022,88	30%
Água	3 515,51	2 470,01	42%
Deslocações e Estadas	2 237,01	2 857,67	-22%
Rendas e Alugueres	38 312,80	33 762,23	13%
Comunicação	1 850,90	1 884,56	-2%
Seguros	1 761,72	2 450,48	-28%
Contencioso e Notariado	28,20		
Limpeza, Higiene e Conforto	9 939,98	6 515,51	53%
Outros	555,16	1 393,71	-60%
TOTAL	121 187,81	113 919,07	6%

i) Outros rendimentos

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 apresenta-se como se segue:

Rubrica	2025	2024
Rendimentos suplementares	2 405,19	7 169,24
Descontos Pronto Pagamento Obtidos	566,65	
Rend. Ganhos em Inv. não Financeiros		
Correcções relativas a períodos anteriores	1 464,92	1 258,90
Imputação de Subsídios p/ Investimentos	29 577,00	55 194,54
Outros não Especificos	25,17	3 917,37
Juros obtidos		
TOTAL	34 038,93	67 540,05

j) Outros gastos

A decomposição da rubrica de "Outros gastos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 apresenta-se como se segue:

Rubrica	2025	2024
Impostos	3 363,43	3 414,43
Correcções relativas a períodos anteriores		1 425,34
Ofertas e amostras de inventários	10 617,49	9 848,23
Outros não especificados	1 095,59	727,84
TOTAL	15 076,51	15 415,84

A Contabilista Certificada


Marina Viveiros Cabral

NIF: 229643825

CC n.º 87693

A Presidente



Cristina Paula Ribeiro Amaral